

Notas sobre a educação na Venezuela: a escola na comuna ou a comuna como escola?

Simone Maria Magalhães Meleán¹
Héctor Ilich Meleán Durán²

86

Resumo

Neste artigo apresentamos algumas impressões sobre a experiência de educação e formação política da Escola Técnica Agropecuária “Ernesto Guevara” na Comuna Socialista Agroecológica El Maizal, localizada entre os estados de Lara e Portuguesa na Venezuela. Consideramos que esta experiência corresponde a um processo de educação oriunda da auto-organização popular, vinculada à organização produtiva da comuna, e que se constitui em parte essencial da resistência ao imperialismo e da estratégia de organização para a territorialização do poder popular no país. Para refletirmos sobre a referida experiência, analisamos alguns marcos legais concernentes à educação e à organização comunal do país, bem como a proposta pedagógica da escola, além da observação in loco de algumas das atividades desenvolvidas pelos estudantes na Comuna El Maizal nos meses de fevereiro e março de 2022.

Palavras-Chave: Educação, Comuna, Poder Popular, Venezuela.

¹ Educadora Popular, militante do Movimento das trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, doutoranda no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da USP. | magalhaessimone1623@gmail.com

² Militante do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST e pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos/ IBEC. | hectorilichmelean@gmail.com



Resumen

En este trabajo presentamos algunas impresiones sobre la experiencia de educación y formación política de la Escuela Técnica Agropecuaria “Ernesto Guevara” en la Comuna Agroecológica Socialista El Maizal, ubicada entre los estados Lara y Portuguesa en Venezuela. Consideramos que esta experiencia corresponde a un proceso de educación a partir de la autoorganización popular, vinculado a la organización productiva de la comuna, y que constituye parte esencial de la resistencia al imperialismo y de la estrategia organizativa para la territorialización del poder popular en el país. Para reflexionar sobre esta experiencia, analizamos algunos marcos legales en materia de educación y organización comunal en el país, así como la propuesta pedagógica de la escuela, más allá de una observación in situ de algunas de las actividades que realizan los estudiantes de la Comuna El Maizal, en los meses de febrero y marzo de 2022.

Palabras clave: Educación, Comuna, Poder Popular, Venezuela.

Abstract

In this paper, we present some impressions about the experience of education and political formation of the Agricultural Technical School “Ernesto Guevara” in the Socialist Agroecological Commune El Maizal, located between the states of Lara and Portuguesa in Venezuela. We consider that this experience corresponds to a process of education originating from popular self-organization, linked to the productive organization of the commune, and which constitutes an essential part of the resistance to imperialism and of the organizational strategy for the territorialization of popular power in the country. In order to reflect on this experience, we analyzed some legal frameworks concerning education and communal organization in the country, as well as the school's pedagogical proposal, beyond an on-site observation of some of the activities carried out by students in the Comuna El Maizal in the months of February and March 2022.

Keywords: Education, Comunne, Popular Power, Venezuela.

Introdução

Maizal significa milharal, e seu processo de plantio e colheita representa uma boa imagem da dinâmica de transformações baseadas nas Comunas em curso na Venezuela. Num contexto de permanente agressão imperialista, sob as investidas da tática da guerra híbrida, utilizada para sufocar o povo e tentar atingir o governo, boa parte da esquerda no Brasil e no mundo se pergunta: como resiste a Venezuela?

Quando olhamos o processo de organização popular, de construção de Poder Popular e da busca pela edificação de um novo Estado venezuelano, a partir da estrutura comunal, podemos encontrar algumas pistas que elucidam os fundamentos e o êxito da resistência venezuelana ao imperialismo.



Em fevereiro do ano corrente, tivemos a oportunidade de conhecer *in loco* experiências educacionais que estão sendo desenvolvidas em algumas comunas na Venezuela.³ Por mais de trinta dias foi possível conhecer um pouco do cotidiano, da organização produtiva, sociocultural e política das comunas urbanas *El Panal 2021*, *Ciudad Caribia*, e *Comuna Socialista 05 de Marzo*, em Caracas, e das comunas rurais *Comuna Socialista Agroecológica El Maizal* e a *Comuna 05 Fortalezas*, no interior do país. Além disso, participamos do Congresso fundacional do Movimento “União Comunera”, a mais nova organização social autônoma da Venezuela. Na ocasião, participamos também da Marcha da Juventude (12/02/2022), momento de encontro da juventude organizada em movimentos sociais e partidos de todas as regiões do país para reafirmar seu compromisso com o processo bolivariano e comemorar o 208º aniversário da Batalha da Vitória, importante evento da história da independência venezuelana.

Em todas as comunas visitadas, há escolas oficiais/públicas, mas também experiências robustas da forma que comumente denominamos aqui no Brasil de educação popular. Nas experiências comunais de educação popular que conhecemos, foi possível identificar práticas pedagógicas articuladas com os processos de organização política e produtiva nas referidas comunas. Nesse sentido, nos perguntamos: em que medida práticas pedagógicas que articulam educação e trabalho podem conformar uma educação anti-capitalista? Em que medida a educação que se realiza nas comunas, pelas e para as comunas podem se configurar em experiência educacional emancipadora? Nestas breves notas, apresentamos algumas reflexões sobre a experiência de educação autogerida pelas comuneiras e comuneiros da *Comuna Socialista Agroecológica El Maizal*, a partir da experiência da Escola Técnica Agropecuária *Ernesto Guevara*.

As Comunas, o Projeto Político Bolivariano e a Educação

Nas décadas de 80 e 90, uma crise econômica, social e política deteriorou profundamente as condições de vida e de trabalho na Venezuela, fazendo explodir mobilizações e levantes populares por todo o país. O mais

³ Como integrantes da brigada de militantes internacionalistas de solidariedade à Venezuela “Apolônio de Carvalho” organizada no país pelo Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, conhecemos as experiências comunais em fevereiro de 2022.



explosivo dos levantes, o Caracazo (1989), unificou trabalhadores e estudantes num processo de sucessivas ações para derrotar, nas ruas, as políticas neoliberais em curso no país. O povo em movimento descortinava o receituário neoliberal de “ajuste fiscal”, que implicava em cortes de salários e de serviços públicos, bem como de privatização de bens públicos, e evidenciava que este modelo servia apenas para reestruturar a economia nacional em favor de sua subordinação aos interesses do mercado global. Foi a insatisfação completa do povo frente às políticas neoliberais implementadas que levou os movimentos populares a abrirem o caminho para a ascensão de Hugo Chávez (1999) ao governo venezuelano (CICCARIELLO-MAHER, 2020).

A principal proposta de Chávez foi a de “refundar a Pátria” por meio de uma constituinte que levasse a mudanças significativas nas esferas do Estado, e, para isso, foi necessário estabelecer na Carta Magna os princípios orientadores de uma sociedade que se pretendia “democrática, participativa, protagônica, multiétnica, pluricultural, plurilíngue e intercultural” (CRBV, preâmbulo, 1999). Nesse sentido, foram incorporadas três mudanças fundamentais, a saber:

- A caracterização da República Bolivariana de Venezuela como um Estado Social democrático de direito e de justiça;
- A implementação de uma Democracia Participativa e Protagônica sobre a tradicional Democracia Representativa e, com isso, a possibilidade de projetar a Construção do Poder Popular;
- A prevalência do ideário bolivariano e de um novo sentido patriótico, o que levou a promover a união cívico-militar e a integração do bloco de América do Sul e do Caribe (CRBV, 1999).

Para poder cumprir com os fins estabelecidos na nova Constituição e para garantir o processo de participação cidadã, a Educação e a formação política viraram chaves fundamentais para a transformação social e o desenvolvimento integral dos cidadãos.

A denominada educação bolivariana precisava estar vinculada às diferentes esferas da vida social, do trabalho, da participação ativa das pessoas nos processos de transformação social. A concepção nela presente ratifica a missão de fornecer as condições para as pessoas se afirmarem como sujeitos da história, bem como de participar ativamente da transformação social no sentido proposto por István Mészáros (2008), “no



projeto socialista, em virtude da crítica radical inevitável e abertamente professada da falsa consciência estruturalmente dominante do sistema do capital, as medidas adotadas de transformação material são inseparáveis dos objetivos educacionais defendidos" (MÉSZÁROS, 2008, p. 92).

Para corresponder ao novo processo político-social em marcha, foi desenvolvida a reestruturação curricular consoante aos princípios e concepções contidas na Constituição de 1999, que resultaram no Sistema Educacional Bolivariano, bem como no Currículo Nacional Bolivariano (CNB) (CNB, 2007). Com efeito, expressar claramente que a educação bolivariana não se pretende neutra, ao contrário, indicar a necessidade de formação para a efetiva participação popular em todas as esferas do poder, significa dizer com Vitor Henrique Paro, que a educação está sendo entendida aqui como exercício de poder. Portanto, nela encontra-se expressa a intenção de demover a forma educacional domesticadora dos sentidos e alienante em favor de uma educação que afirme a condição de sujeito (PARO, 2014, p. 47).

Ao mesmo tempo em que a Educação Bolivariana se consolidava como direito a partir da garantia institucional, conforme seus instrumentos legais, acontecia também a institucionalização dos conselhos comunais e das comunas como dimensões estruturadoras da revolução bolivariana.

A comuna é uma forma organizativa histórica que esteve presente em diferentes experiências na América Latina (Colômbia e Chile, por exemplo). Todavia, salientamos que a experiência desta forma organizativa na Venezuela assume contornos distintos, pois expressa a centralidade de um projeto econômico e social chamado Socialismo Bolivariano do século XXI e se afirmou em um espaço intencional de "construção do poder popular e edificação do Estado Comunal" como uma alternativa de Estado que se diferencie do estado burguês convencional. A construção desse processo foi inspirada na experiência histórica dos povos indígenas, principalmente andinos, conforme indica o próprio Chávez em seu pronunciamento "Alô Presidente Teórico Numero 1". Trata-se de uma forma de exercício de democracia participativa e protagônica que o governo do presidente Chávez projetou para concretizar a "democracia revolucionária" no seu país.

A organização popular a partir de sua territorialização em comunas consiste em um componente fundamental para o fortalecimento do poder popular e da destruição do Estado burguês. Como salienta a pesquisadora Vanessa Borges (2021),



Desde o princípio de seu governo, Chávez buscou trabalhar em torno da ideia de que as transformações necessárias na Venezuela viriam por meio de uma radicalização democrática, por meio de mecanismos de participação. E, neste sentido, criou, ao longo de seu governo, diferentes instrumentos de participação popular. O primeiro se deu no marco do debate para elaboração e aprovação da nova constituição, em 1999 e o último, e o mais radical, foi a Comuna (BORGES, 2021, p. 18).

Porém, como observa Imén (2011):

Na organização territorial também convivem de modo conflitivo o velho e o novo. Nesse sentido, as instituições da democracia representativa são cenário de intensas disputas para adequar as tradicionais estruturas político-administrativas às exigências de uma democracia protagônica e participativa. Simultaneamente, se vai gerando uma nova institucionalidade que se agrupa sob a denominação de Conselhos Comunais e Comunas que pranteiam novos modos de gestão do público. Toda a estrutura de instituições comunitárias desdobra uma crescente participação popular da vida social, ou seja, os conselhos comunais e as comunas e sua relação com as instâncias tradicionais da organização político-administrativa – bairros, municípios, governações – é complexa e contraditória (IMEN, 2011, p. 397)

O que mostra que nenhuma conquista revolucionária deve ser encarada como definitiva, mas exige a organização diuturna e a resistência ativa para conseguir mantê-la e enfrentar as investidas contra-revolucionárias, e evidencia ainda o caráter transitório do processo de liberação venezuelano, no qual as contradições entre a ordem do capital e as alternativas emancipadoras se encontram em pleno apogeu.

Em 2012, durante um apelo feito pelo presidente Hugo Chávez para a construção da "Rota de transição ao Socialismo Bolivariano do século XXI", é apresentado o plano de governo denominado "*El Plan de la Patria (PP)*". O *Plan de la Patria* tinha como objetivo construir bases econômicas e sociais alternativas ao modo de produção capitalista. A nova fase do governo bolivariano, anunciada em 2012, durante uma reunião ministerial, na qual o presidente Hugo Chávez realizou um discurso de autocritica do governo, exigiu a responsabilidade e o empenho de todos os ministros para a implementação da transição rumo ao socialismo a partir da ampliação e do



fortalecimento das comunas. Nesse último discurso, Hugo Chávez afirmou a necessidade de transformar as bases econômicas do país e isto passaria pelo poder e pela economia comunal. Em realidade, inspirado por István Mészáros e utilizando uma passagem de *Para além do Capital*, do mesmo autor, Hugo Chávez enfatizou, naquele discurso, o papel das comunas para o fortalecimento da democracia no país e a sua relação com o socialismo.

Aqui tenho o [livro de] István Mészáros, capítulo XIX, que se chama "O sistema comunal e a lei do valor". Há uma frase que sublinhei há algum tempo, vou ler, senhores ministros, ministras, vice-presidente, falando de economia, de desenvolvimento econômico, falando do impulso social da revolução: "O padrão de medição - diz Mészáros - das conquistas socialistas é: até que ponto as medidas e políticas adotadas contribuem ativamente para a constituição e consolidação bem enraizada de uma forma substancialmente democrática, de controle social e autogestão geral". Então, chegamos com a questão da democracia, do socialismo e sua essência absolutamente democrática, enquanto o capitalismo tem em sua essência o antidemocrático, o excludente, a imposição do capital e das elites capitalistas. O socialismo não, o socialismo liberta; socialismo é democracia e a democracia é socialismo no político, no social e no econômico (CHÁVEZ, 2012).

Desse modo, o presidente Hugo Chávez estava a dizer que não bastava apenas elevar as condições de vida das pessoas por meio de um Estado de bem-estar social, mas tratava-se de implementar o Socialismo que, conforme a reflexão de Chávez sobre as formulações de Mészáros, se confundia com o aprofundamento da democracia. Como afirma Chávez, "o socialismo é democracia e a democracia é socialismo no político, no social e no econômico".

A comuna como experiência e como referência de democracia direta, de autogestão e de controle dos meios de produção e das relações sociais pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores exige também pensar a formação para o desenvolvimento de todas as dimensões humanas. Assim, a educação ocupa também lugar central no projeto sociopolítico que a comuna representa, já que, inserida numa realidade social concreta, pode convidar a/o sujeita(o) a "formular os valores pelos quais seu compromisso ativo com determinadas formas de ação pode levar a cabo a realização de sua parte



apropriada de maneira consciente” no processo de emancipação (MÉSZÁROS, 2008, p.94).

A Comuna Socialista Agroecológica El Maizal e a Escola Técnica Agropecuária “Ernesto Guevara”

A *Comuna Socialista Agroecológica El Maizal* está localizada entre os territórios do município Simón Planas, no estado Lara, e município Araure, estado Portuguesa, na região centro ocidental da Venezuela. A partir de uma ocupação de terras de 3800 hectares que estavam improdutivas, a comuna foi criada em 2009, após a visita do presidente Hugo Chávez à região⁴.

Produtora de milho, feijão, café e hortaliças, vivem e trabalham nela de forma coletiva 4,5 mil famílias, organizadas por 24 conselhos comunais distribuídos em 10 comunidades. Como explica a jornalista Michele de Mello:

Com jornadas de trabalho de 6h diárias, 180 comuneiros são responsáveis pela manutenção de 14 empresas de produção social fundadas pela Comuna. Além do milho, café, leguminosas e hortaliças, os agricultores também processam farinha de milho e produzem leite, queijo e carne com bovinos e suínos (MELLO, Brasil de Fato, 2021).

O trabalho produtivo da comuna tem por objetivo a auto-sustentação das camponesas e dos camponeses, bem como estabelecer um modelo produtivo sustentável em contrapartida ao modelo rentista característico da economia venezuelana por décadas. As trabalhadoras e os trabalhadores da comuna se dedicam ao trabalho nas lavouras de milho, café, feijão, na pecuária entre outras. E, por meio de suas Empresas de Produção Social⁵, a

⁴ Em 05 de março de 2009 o Presidente Hugo Chávez estava na região para a inauguração da Rodovia Acarigua – Barquisimeto, quando camponeses que ocupavam as instalações das fazendas El Piñal e El Maizal atraíram sua atenção e reivindicaram a desapropriação das terras para destinar à Reforma Agrária e constituição de uma Comuna. Em 21 de maio de 2009 se instala a Sala de Batalla Social para iniciar o processo de organização da Comuna e, posteriormente, em 29 de novembro de 2009, acontece a visita de Hugo Chávez ao território para a realização do Programa Aló Presidente número 344 ao vivo. Na ocasião, o presidente apresentou a experiência da Comuna El Maizal como um modelo de organização popular rural a ser fortalecido.

⁵ As Empresas de Produção Social são entidades econômicas dedicadas à produção de bens ou serviços em que não existem privilégios laborais associados à posição



comuna organiza os processos produtivos de forma a garantir trabalho e renda aos comuneiros e às comuneiras, bem como a distribuição de alimentos a preço justo a partir do seu próprio Centro de Distribuição, chegando às feiras e lojas comunais. Igualmente, produzem sementes agroecológicas, a fim de fortalecer os esforços para alcançar a soberania alimentar.

Consciente do papel da comuna no processo de transição para o Socialismo, um dos comuneiros de *El Maízal* (e atual prefeito do município Simón Planas), Angel Prado, afirma que: “A este projeto nós dedicamos nossas vidas. A comuna é nossa forma de vida. Da comuna passaríamos ao socialismo ou passaríamos a uma guerra brutal, como a guerra de independência, para defender a nossa pátria” (PRADO apud MELLO, 2021). E conclui ressaltando:

Nosso horizonte estratégico é o socialismo e queremos dar continuidade ao projeto nacional Simón Bolívar. A comuna como modelo político demonstrou que pode trabalhar, produzir, incidir na economia do país, industrializar seus alimentos, pode disputar qualquer campo de batalha, governar e assumir responsabilidades políticas, no nosso caso, na Venezuela (PRADO apud MELLO, 2021).

Foi a partir de 2015, no contexto das sanções financeiras, do bloqueio do petróleo e do assédio permanente do governo dos EUA contra Venezuela, que a Comuna *El Maízal* conseguiu constituir-se em referência para o movimento comunal venezuelano. As sanções financeiras e o bloqueio impediam, por exemplo, que o povo venezuelano tivesse acesso a remédios, sementes e insumos agrícolas. No entanto, a Comuna *El Maízal* conseguiu avançar na produção, se projetar politicamente e impulsionar o movimento comuneiro a nível nacional.

No cenário de grande impacto nas condições materiais e na subjetividade do povo venezuelano a Comuna *El Maízal* desenvolveu grande capacidade de resposta e auto-organização frente à crise da inflação induzida, do espiral especulativo, do desabastecimento de produtos básicos, da desvalorização da moeda, que ocasionou o desaparecimento de coisas

hierárquica, com igualdade substantiva entre os seus membros, com base no planejamento participativo e protagônico e sob regime de propriedade estatal, propriedade coletiva-comunal ou uma combinação delas.



tão necessárias para os processos de produção, como diesel, gasolina, peças de reposição e sementes.

Isso porque, em 2009, quando foi fundada a Comuna *El Maizal*, foi dada ênfase à necessidade de configurar uma infraestrutura produtiva, uma nova forma de organização do trabalho e das comunidades, para atender às necessidades materiais dos moradores e moradoras do território e não desestimular a organização comunal. Assim, durante os primeiros anos da comuna, foram realizados programas sociais do governo como as Missões educativas, a Missão de alimentação Mercal e a Missão de Moradia (Misión Vivienda), como resposta imediata às necessidades das comuneiras e dos comuneiros, mas paralelamente se buscou organizar e potencializar a estrutura produtiva com autonomia econômica e organizativa. Por isso, durante os anos de intensificação da guerra financeira contra a Venezuela pelos Estados Unidos, quando os programas sociais governamentais tiveram sua atuação reduzida e os bancos públicos encontraram muita dificuldade para subsidiar a produção agrícola, a Comuna encontrou condições para resistir e avançar (PRADO apud GILBERT & MARQUINA, 2021, p. 13)

Nos anos de 2015, 2016 e 2017, anos em que a agressão imperialista agudizou a guerra econômica interna e impôs sanções financeiras à Venezuela, as pessoas que não foram embora do país ou não foram trabalhar no setor privado, mas que decidiram permanecer na Comuna *El Maizal* e lutar para sobreviver trabalharam muito para combater a escassez de abastecimento e diversificar a produção de alimentos. Como explica o líder comunal Angel Prado:

Desesperados e abatidos pela situação, alguns desistiram da luta. Muitos foram trabalhar no setor privado, enquanto outros venderam tudo o que tinham e deixaram o país. A crise e as sanções foram um duro golpe na subjetividade do povo, em seu espírito. Mas Chávez nos ensinou sobre dignidade e sobre a importância da organização, participação e poder popular, e aqui em El Maizal conseguimos manter vivo nosso projeto. Fizemos isso com um espírito ativo e combativo com o qual conseguimos enfrentar o desaparecimento de coisas tão necessárias para nossos processos produtivos como diesel, gasolina, peças de reposição e sementes (PRADO apud GILBERT & MARQUINA, 2021, p. 11).

No entanto, a auto-organização das comuneiras e dos comuneiros colocava como desafio a reconstrução das condições materiais e o



fortalecimento das relações comunitárias como a estratégia elementar para a sobrevivência. Nesse contexto, a comuna construiu escolas, casas para as famílias mais vulneráveis, levou eletricidade a muitas casas, construíram estradas etc. Portanto, a crise causada pelo bloqueio e as sanções levaram as/os comuneira/os a reorganizar-se, a assumir com maior compromisso o controle dos bens coletivos, a desenvolverem o sentido de pertença ao comum. Além disso, exigiu que as atividades fossem desenvolvidas a partir de planejamento e de muito trabalho para superar as sanções e os setores sociais contrários ao projeto comunal (GILBERT & MARQUINA, 2021, p 20).

Nesse cenário, surgiram as Unidades de Produção Familiar, pois os camponeses da região, afetados pela crise, buscavam apoio na Comuna *El Maizal*. As Unidades de Produção Familiar consistem no apoio material para qualquer família do território da comuna que tenha interesse em produzir, seja para plantar milho, feijão e hortaliças, ou para criar gado e porcos⁶. Para tanto, as famílias recebem insumos agrícola, sementes, fertilizantes ou animais para criação, bem como assessoria técnica e treinamento através do programa auto-organizado e auto-gerido pela Comuna *El Maizal*; não se trata de uma iniciativa estatal, mas uma iniciativa que nasceu na comuna para oferecer alternativas aos pequenos produtores durante a crise e tem se mostrado uma política eficaz tanto para aumentar a produção quanto para fomentar o vínculo com a comunidade. Sendo agora uma política econômica permanente da Comuna *El Maizal* (BONILLA apud GILBERT & MARQUINA, 2021, p. 19).

Além do trabalho produtivo para o autoabastecimento como estratégia para resistir ao bloqueio e às sanções, em 2017, outras iniciativas foram adotadas, como a reativação da escola de educação infantil para atender às crianças da comuna, que integra o sistema regular de ensino público. A retomada de atividades socioculturais e a expansão produtiva comunal permitiram maior vínculo entre as/os trabalhadoras/es da comuna, mas também representou a possibilidade de mobilizar o povo e fortalecer a identidade dos comuneiros e das comuneiras.

Nesse processo de fortalecimento da economia comunal e das atividades socioculturais da Comuna, foi criada a Escuela de Formación

⁶ As Unidades de Produção Familiar se constituem em um programa de apoio às famílias agricultoras da Comuna *El Maizal*. Desenvolvido em 2020 pela equipe de economia e produção da comuna, o programa visa o financiamento e o apoio às famílias impactadas pela crise econômica e que necessitam de recursos para voltarem a produzir.



Política, Ideológica e Técnica de El Maizal, que, no contexto da União Comuneira, busca preparar quadros políticos e técnicos comprometidos com o desenvolvimento comunal, além de favorecer o encontro e troca de experiências entre diferentes Comunas e diferentes movimentos sociais venezuelanos e de outros países (FREITES apud GILBERT & MARQUINA, 2021, p. 25). A Escola de Formação Política, Ideológica e Técnica de *El Maizal* não é estatal, mas uma iniciativa autônoma da própria Comuna *El Maizal*.

O surgimento da escola no contexto de intensa atividade de resistência comunal e de enfrentamento à crise econômica, ocorreu no momento em que experiências de formação propostas pelo governo se mostraram insuficientes ou tinham deixado de acontecer. No entanto, entendendo ser central a formação ideológica e técnica para superar as contradições e os desafios impostos pela realidade, a Comuna *El Maizal* desenvolveu ao mesmo tempo experiências educativas próprias, isto é, independente do Estado, para a profissionalização e formação política dos sujeitos.

Nos processos de formação da Comuna busca-se superar a alienação através da relação consciente dos trabalhadores com sua produção, ou seja, dos camponeses na relação com agricultura; o que lhes permite assumir suas atividades produtivas como uma ação voluntária, compreendendo a totalidade do processo (planejamento, execução, controle social). Dessa forma, a educação na comuna não se restringe à escola; tenta superar o caráter utilitário que leva à reprodução do trabalho alienado e à reificação da vida, e emerge como um espaço para construir novos valores, sentidos, novas sociabilidades e novas realidades.

Ao permitir o exercício do autogoverno no território, o que envolve a necessidade da participação popular, a Comuna favorece a reconexão do sujeito com a natureza e com seus pares, portanto, a consciência da necessidade de uma produção sustentável, e ao mesmo tempo, confere uma força moral para assumir a autodefesa do território e do projeto político.

Igualmente, nesse ponto, se alcança “a capacidade criadora do povo”, criatividade que surge da compreensão dos sujeitos sobre a realidade, sobre a conjuntura, sobre o processo, permitindo superar as ações individualizadas pela sobrevivência, mas de localizar-se num contexto coletivo para dar respostas eficientes às vicissitudes causadas pela crise.

A formação, por sua vez, visa superar o monopólio dos meios de produção, da técnica e do conhecimento por parte das classes dominantes,



além de fomentar a reapropriação cultural necessária para manter a identidade e a valorização da dinâmica comunal.

Em 2021, foi criada pelas comuneiras e pelos comuneiros a Escola Técnica Agropecuária “Ernesto Guevara”, que oferece cursos com o apoio de diferentes movimentos sociais nacionais e internacionais. A Escola Técnica é uma iniciativa da comuna que ainda não foi incorporada ao sistema de ensino público estatal. Tendo por base a experiência da Escola “Ernesto Guevara” é que desenvolveremos a seguir algumas reflexões.

Características da Escola Técnica Agropecuária “Ernesto Guevara”

A Escola Técnica Agropecuária “Ernesto Guevara” está instalada na área da Unidade Produtiva da Comuna “Casa de Cultivos” composta por 12 casas de cultivos protegidos, contendo sistema de irrigação por gotejamento, área de germinação, casa de mudas e minhocário. Esta unidade de produção, que desenvolve principalmente hortaliças, destinou uma casa para a realização de atividades práticas da escola. Conforme informado pela coordenação política pedagógica (CPP) da escola, também está projetada a ampliação das atividades práticas no âmbito das demais casas de cultivo da unidade.

A escola possui uma sala de aula, uma sala para a secretaria (esta sala abriga também o acervo para a futura biblioteca) e dois banheiros. Atualmente, atende 60 estudantes, a partir de 15 anos, oriundos das comunidades que compõem a Comuna *El Maizal*. Devido ao grande número de interessadas e interessados, o público deve se candidatar a uma vaga no curso. A seleção se baseia nos seguintes critérios: ter idade acima de 15 anos, estar nos anos finais do ensino médio ou já ter concluído e residir em um dos territórios pertencentes à Comuna. Portanto, na prática, o curso técnico de agropecuária se desenvolve como complementar à formação escolar e está organizado para se desenvolver em dois anos, com encontros semanais aos sábados e domingos, com carga horária de 6 horas diárias.

Uma iniciativa das comuneiras e dos comuneiros da Comuna *El Maizal*, a Escola Técnica Agropecuária “Ernesto Guevara” se constitui em experiência para desenvolver e aprimorar os conhecimentos agrícolas e pecuários da comunidade, bem como ampliar os saberes a partir de sua territorialização. Conforme estabelecido em sua proposta pedagógica, a escola tem por objetivo “formar e treinar jovens camponeses (comuneiros e comuneiras) na área agropecuária, para contribuir com os processos



técnicos, produtivos e sociais da agricultura camponesa nas comunas a nível local, regional e nacional, garantindo a soberania alimentar do povo” (PPP, 2021). Parte da Escola de Formação Política, Ideológica e Técnica, a escola Ernesto Guevara abriga em suas formulações as dimensões técnicas e políticas, pois entende que a formação integral, que articula teoria e prática, se constitui em condição elementar para uma educação emancipadora, já que não há formação humana sem a mediação da atividade transformadora da realidade concreta.

Como salienta Roseli Caldart, a práxis permite que a realidade seja elaborada uma vez que esta se relaciona com a totalidade formadora do ser humano por meio do trabalho concebido em sua dimensão formativa (CALDART, 2012, p. 549). Portanto, a práxis é o fundamento que afirma a educação como um processo histórico e social capaz de produzir condições subjetivas para a emancipação.

Analisando os objetivos da Escola, podemos afirmar que existe uma aproximação com Moisey M. Pistrak quando este autor se refere à perspectiva da “atualidade” estruturante da escola do trabalho. Ao lado da auto-organização dos estudantes, a perspectiva da atualidade consiste em entender a escola como parte da realidade concreta; não separar a educação e os estudantes da vida, das lutas, da possibilidade de construir as condições para a emancipação. Nesse sentido, Pistrak considera que do ponto de vista da revolução social, a formação precisa ter o objetivo de formar lutadores e construtores do futuro e isso passa por conhecer e dominar a realidade (PISTRAK, 2009, p.116)

Em visita à Comuna *El Maizal*, em março do presente ano, durante as celebrações do aniversário de seus 13 anos e do Congresso fundacional do Movimento Nacional “União Comunera”, pudemos observar a participação ativa das educandas e dos educandos da Escola “Ernesto Guevara” nos processos de organização de atividades tais como mesas-redondas, mística de abertura, ornamentação dos espaços para os eventos, organização da comunicação, atividades culturais, infraestrutura e logística dos eventos. A participação ativa desses sujeitos na organização coletiva das diferentes tarefas dos eventos aqui mencionados se relaciona com os objetivos pedagógicos de não abstração das práticas pedagógicas do conjunto de atividades sociais e políticas da própria Comuna. Ao contrário, perceber que as ações sociais e os diferentes espaços de produção material, simbólica e de lutas da comuna são também espaços formativos implica em reconhecer que a educação não se restringe à sala de aula, mas afirmar que a socialização



promovida nos diferentes espaços da comuna são momentos educativos para o fortalecimento da práxis e da emancipação.

As atividades específicas na escola são distribuídas em: mística, aula, almoço, tempo trabalho. A organização pedagógica como um todo está estruturada em tempos educativos e espaços diferentes, porém inter-relacionados: tempo escola, tempo comunidade, tempo mística, tempo estudo, tempo trabalho militante, tempo núcleo de base. O tempo escola se constitui no momento em que atividades pedagógicas são desenvolvidas no espaço escolar. Já o tempo comunidade consiste naquele momento em que as ações pedagógicas e educativas transcendem o espaço escolar e englobam o trabalho que as educandas e os educandos desenvolvem a partir da interação com a natureza, nas relações comunitárias e de militância política. Essa forma de organização pedagógica se relaciona com a Pedagogia da Alternância, a qual se constitui em estratégia teórico-metodológica de formação, assumida pelo movimento de Educação do Campo, a partir de 1980, que visa potencializar as dimensões produtivas da existência no contexto do campo (HAGE; ROCHA; MICHELOTTI, 2021).⁷

Como salientam os autores:

A formação em alternância reconhece que diferentes tempos, espaços e saberes são educativos e, portanto, todos contribuem com a formação dos sujeitos do campo. Essa compreensão provoca mudanças na dinâmica da organização dos processos educativos, da organização do trabalho dos educadores e educadoras, da organização e planejamento curricular e dos processos de produção do conhecimento (HAGE; ROCHA; MICHELOTTI, 2021, p. 432).

Toda esta organização está pensada para fomentar a construção e a participação coletivas no processo de formação, alterando a lógica da escola

⁷ A Pedagogia da Alternância tem suas raízes na França, quando famílias agricultoras, no início do século XX, queriam ofertar a seus filhos uma escolarização que vinculasse a formação profissional aos seus modos de existências e sem que estes tivessem que abandonar as famílias e os territórios. Em meados do século XX, o modelo alcança outros lugares, passando a ser desenvolvido na Itália e no continente Africano, e, no Brasil, a primeira experiência de Alternância foi realizada no estado do Espírito Santo, em 1969, por famílias associadas com o apoio da Igreja Católica. A experiência é desenvolvida até hoje em 22 estados do Brasil, conta com 273 centros e atualmente as instituições se organizam por meio do Movimento Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (Ceffas) (HAGE; ROCHA; MICHELOTTI, 2021, p. 430).



neoliberal que pressupõe a divisão entre os que pensam e os que executam, entre os que elaboram conhecimentos e os que aplicam na sala de aula.

O programa do curso articula os componentes técnicos específicos com os de formação política, tais como História crítica, Materialismo Histórico-dialético, Teoria da Organização Social entre outros, indicando que as práticas pedagógicas ali desenvolvidas se baseiam nos fundamentos teóricos e metodológicos do materialismo histórico-dialético e na Educação Popular.

Analisando o currículo do curso, localizamos componentes como: produção agroecológica de hortaliças, produção de sementes, plantas medicinais, administração comunal e unidade de produção, entre outras. Esses componentes evidenciam a relação da proposta pedagógica com a realidade concreta na qual a Escola está inserida, uma vez que eles se vinculam aos problemas e desafios para a auto-sustentabilidade da Comuna Socialista *El Maizal* e com os processos de lutas para assegurar as condições estruturais para a emergência de uma nova sociabilidade. Ou seja, se relacionam com a necessidade de aprimorar os níveis educacionais e econômicos das comunidades, bem como em desenvolver as condições subjetivas para a construção do socialismo naquele país. Portanto, podemos afirmar que a escolha dessa organização curricular sugere a intencionalidade de um projeto que visa a educação não apenas como um direito, senão também como uma ferramenta para constituição do novo sujeito social da democracia participativa revolucionária, uma vez que o conteúdo curricular e os métodos de estudo, conforme salientado por Pistrak, são como instrumento de “luta e criação” e requerem a habilidade de serem utilizadas na vida prática dos estudantes (PISTRAK, 2009, p.117).

A perspectiva de formar técnico-lutador-construtor demonstra que a Escola procura contribuir intencionalmente para afirmar a Comuna como a forma de poder popular necessária à estruturação de condições objetivas e subjetivas para a emancipação da classe trabalhadora. Ademais, informa claramente o seu propósito, de que as/os estudantes intervenham e transformem a realidade local, regional e nacional, a partir da organização e lutas em seus territórios.

Como explica Caldart

Afirmar que o ser humano se forma na luta social é reafirmar que ele se constitui como humano na práxis, que se educa na dialética entre transformação das circunstâncias e autotransformação. É a atividade que forma o ser humano; mas



a atividade que humaniza mais radicalmente é aquela que exige a autotransformação que passa pela compreensão teórica da realidade (CALDART, 2012, p. 550).

A iniciativa da construção da Escola como um projeto com perspectiva local, regional e nacional reafirma a intenção da Comuna *El Maizal* em criar a cidade comunal, uma experiência resultante da política de autogoverno, que busca o desenvolvimento de um sujeito dinâmico, complexo e com capacidade de dimensionar seu poder para se firmar como sujeito de ação das múltiplas necessidades das comunidades e a construção do Estado Comunal como:

Forma de organização político-social, fundada no Estado Democrático e Social de Direito e Justiça estabelecido na Constituição da República, em que o poder é exercido diretamente pelo povo, por meio de autogoverno comunal, com modelo econômico de propriedade social e de desenvolvimento endógeno e sustentável, que permita alcançar a suprema felicidade social dos homens e mulheres venezuelanos na sociedade socialista (Lei Orgânica das Comunas, art. 4º, 2010)

Nesse sentido, surge a União Comunera, definida como um Movimento Político Nacional de Comunas que levanta as bandeiras do socialismo, da luta anti-imperialista, do feminismo comunal, do ambientalismo e do projeto bolivariano e chavista de Estado comunal; assume como responsabilidade a construção de uma Federação Comunera Nacional que consiga reunir, num programa de luta comum, os esforços de diferentes pontos do território nacional no sentido do fortalecimento das organizações comunitárias, e, que assume igualmente, o desafio de aprofundar as reflexões sobre a educação comuneira. Estará aí a possibilidade do aprofundamento de uma práxis educativa anti-capitalista, anti-colonial, anti-empresarial, autônoma e emancipadora?

Algumas Considerações

É certo que o processo bolivairiano tem contradições já que ainda não conseguiu destruir a estrutura burguesa do Estado e das consequentes relações sociais por ela engendradas. A burocratização das instituições, a corrupção e a sabotagem por parte de setores sociais reformistas no



processo de fortalecimento das comunas, bem como os impactos perversos das sanções financeiras e do bloqueio estadunidense atentam fortemente contra os esforços de consolidação e expansão da estrutura comunal por todo o país. Prefeitos, governadores, funcionários públicos de oposição ao chavismo tensionam e disputam as instituições para que estas pautem suas ações e políticas públicas consoante os interesses privados em detrimento do coletivo. Contudo, o Estado e as instituições são igualmente disputadas pelos setores populares para que as políticas estabelecidas tenham como prioridade o povo e as suas demandas em favor do fortalecimento do poder popular e da soberania nacional. Até o momento, o processo bolivariano encontra diferentes críticas, porém a opção política feita pelo governo venezuelano desde Hugo Chávez e sustentado atualmente por Nicolás Maduro vem estimulando a experiência produtiva e de organização das comunas e do fortalecimento político e social, a partir dos conselhos comunais, para a garantia do povo como sujeito histórico. A participação popular a partir das comunas e dos conselhos comunais, além do exercício do poder em territórios concretos (socialismo territorial) representa também a possibilidade do controle social e de enfrentamento coletivo aos desvios inerentes à estrutura do Estado burguês, que também as famílias comuneiras precisam lidar.

A tarefa de desmontar o Estado e a democracia burguesa em favor da emergência de um Estado comunal e da democracia direta exige homens e mulheres transformados, capazes de criar as condições para a efetivação da emancipação. Nesse sentido, os saberes, o conhecimento, a ciência, a educação correspondem a um campo de hegemonia, porque se localizam nas relações de poder em constante disputa, que podem favorecer ou obliterar os interesses do projeto societal emancipador. Portanto, como considera o pensador marxista italiano Antonio Gramsci, as disputas pela hegemonia entre as classes não se dão exclusivamente no campo da infraestrutura, isto é, no processo produtivo da vida material, em que as classes dominantes operacionalizam todo o aparato estatal (domínio jurídico e força) para impor seus interesses particulares sobre as classes trabalhadoras e subalternas na relação entre capital e trabalho. Para Gramsci, o campo político, social e cultural (superestrutura) também são esferas disputadas pelos capitalistas para “criar condições favoráveis à expansão da própria classe” (GRAMSCI, 2016, p. 15). As investidas da burguesia neste terreno superestrutural, correspondem às ações para a criação de



hegemonia por meio do consenso com vistas à direção da sociedade pelas classes capitalistas, conforme seus interesses particulares.

Sendo assim, a escola, uma instituição que compõe a esfera superestrutural, abriga as contradições inerentes ao conjunto das relações sociais de produção e, como as demais instâncias do campo cultural, deve ser um espaço a partir do qual as classes trabalhadoras e subalternas possam criar consciência do seu lugar no mundo e na luta de classes, e, além disso, criar uma práxis que promova a emergência de subjetividades autônomas e sociabilidades antagônicas às capitalistas e neoliberais. Portanto, um processo transgressor dessa ordem, deve ter em perspectiva não apenas a centralidade nos conteúdos e métodos, mas na construção de conhecimento como processo coletivo, como produto social, que não se limita ao espaço escolar como exclusivo na formação.

A vida social em comuna, ainda sob o modo de produção capitalista hegemônico, é um processo contraditório, e deve reunir esforços contínuos e coletivos para aprender e desaprender, mas sobretudo afirmar o sujeito a partir do comum, de uma ética, valores, sentidos e conceitos que buscam superar a lógica do capital. Portanto, a experiência comunal pode representar uma grande escola que, sob a perspectiva da educação popular, constrói sujeitos transformadores da realidade, já que a experiência comunal exige e evidencia a necessidade de todos, crianças, jovens e adultos, terem consciência de sua importância como sujeitos capazes de mudar a sua realidade concreta. Já salientava o educador Paulo Freire:

Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne; mas, neste caso, se as suporta com resignação, se busca conciliá-las mais com práticas de submissão que de luta. Isto é verdade se se refere às forças da natureza: seca, inundações, doenças das plantas e dos animais, curso das estações, isto não é menos verdadeiro dito das forças sociais: "o latifundiário", "os trustes", "os técnicos", "o Estado", "o fisco" etc., todos os "eles" de que nós não temos senão uma vaga idéia; sobretudo a idéia de que "eles" são todo-poderosos, intransformáveis por uma ação do homem do povo (FREIRE, 1979, p. 22).

Com base no princípio da participação, no envolvimento com as demandas e desafios comunitários, as/os jovens da Escola Técnica Agropecuária Ernesto Guevara aprendem também a agir naquele território, e podem criar uma práxis revolucionária e a consolidação do poder popular



emancipador. Nesse sentido, o processo de reativação da estrutura educacional na *Comuna Socialista Agroecologia El Maizal*, a partir da experiência da Escola Técnica Agropecuária Ernesto Guevara, contém a intencionalidade de formar construtoras e construtores de futuros.

Referências

- BORGES, Vanessa Aguiar. **As comunas como a estratégia de transição ao Socialismo na Venezuela**. Guararema, 2021. 309 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) - Unesp, São Paulo, 2021.
- CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento. IN: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salette [et al.] 3.ed.,3. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.
- CURRÍCULO NACIONAL BOLIVARIANO: DISEÑO CURRICULAR DEL SISTEMA EDUCATIVO BOLIVARIANO. **Educere**, Merida, v. 11, n. 39, p. 751-775, dic. 2007. Disponível em <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-49102007000400020&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 17 março 2022.
- FRÍAS, Hugo Chavez. Golpe de Timón. I Consejo de Ministros del nuevo ciclo de la Revolución Bolivariana, **Imprenta Oficial y Gaceta Oficial**, 2013. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0BzEKs4usYkReYIZSVXkxSHpsV0k/vie w?resourcekey=0-RCKuF6WK82YWGZ8jLam2xw> Acesso em: 12/05/2022.
- _____. Las comunas y los cinco frentes para la construcción del Socialismo. **Aló Presidente Teórico** 1. 2009. Disponível em <https://www.marxists.org/espanol/chavez/2009/2009-comunas-y-cinco-frentes.pdf>. Acesso em 12/05/2022.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 8ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GILBERT, Chris e PASCUAL MARQUINA, Cira. **Resistencia comunal frente al bloqueio imperialista**: Voces de la Comuna El Maizal. 2021. Disponível em: <https://observatorio.gob.ve/wp->



- content/uploads/2021/08/Resistencia-comunal-El-Maizal.pdf Acesso em: 10/05/2022
- HAGE, Salomão Mufarrej; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel & MICHELOTTI, Fernando. Formação em Alternância. IN: **Dicionário de Agroecologia e Educação**/Alexandre Pessoa Dias [et al.] São Paulo: Editora Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
- IMEN, Pablo. Pedagogía y emancipaciones en la Venezuela Bolivariana: la política educativa para el socialismo del siglo XXI. **Educ. Soc., Campinas**, v. 32, n. 115, p. 393-410, abr.-jun. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/ghRRzdw4mHVrh7VHqz8CcTK/?lang=es&format=pdf> Acesso em 17 março 2022.
- MELLO, Michele de. Na Comuna El Maizal, 4,5 mil famílias constroem projeto socialista para Venezuela. **Jornal Brasil de Fato**. Caracas/Venezuela, 2021. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/10/na-comuna-el-maizal-4-5-mil-familias-constroem-projeto-socialista-para-venezuela> Acesso em 12/05/2022
- MÉSZÁROS, István. **A educação para Além do Capital**. Tradução Isa Tavares. 2ª Edição – São Paulo: Boitempo, 2008.
- PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. 3º Edição - São Paulo: Cortez, 2014.
- PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **A Escola-comuna**. Tradução de Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Gaceta Oficial extraordinário no 5.453, 24 de mar. 2000. Disponível em http://www.cne.gob.ve/web/normativa_electoral/constitucion/indice.php Acesso em: 22 de março de 2022
- _____. **Ley Orgánicas de las Comunas**. Gaceta Oficial extraordinario no 6.011, 21 de dece. 2010. Disponível em <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/downloads/2012/11/LEY-ORGANICA-DE-LAS-COMUNAS-WEB-6-11-2012-SG.pdf> Acesso em 13 de maio de 2022
- _____. **Proyecto Nacional Simón Bolívar**. Primer Plan Socialista - PPS-Desarrollo Económico y Social de la Nación, 2007-2013. Disponível em <http://www.psu.org.ve/wp-content/uploads/2011/03/Proyecto-Nacional-Sim%C3%B3n-Bol%C3%ADvar.pdf> Acesso em 12 de maio de 2022.

Recebido em 16 mai. 2022 | aceite em 26 mai. 2022

